

---

# COMPETÊNCIAS CRÍTICAS E JUSTIFICAÇÃO: NOTAS SOBRE DUAS FORMAS DE CRÍTICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL<sup>1</sup>

CRITICAL COMPETENCES AND JUSTIFICATION: NOTES ABOUT TWO FORMS OF CRITIQUE ON PUBLIC POLICIES FOR INCOME REDISTRIBUTION IN BRAZIL

TÍTULO DO ARTIGO EM ESPANHOL, OU EM PORTUGUÊS CASO O ARTIGO ESTEJA EM ESPANHOL

---

Fernando Marcial Ricci Araujo<sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo busca descrever e analisar competências críticas que visam uma reprovação do papel das políticas de redistribuição de renda. O estudo descreve duas competências críticas que estabilizam duas formas distintas de avaliação moral das referidas medidas de Estado. A primeira, sustenta-se a partir de uma concepção de igualdade dentro da qual ela é tomada como um valor do tempo presente - e não do tempo por vir – o que promove as condições para uma crítica às medidas redistributivas cujo critério seja baseado na “política da diferença”. A segunda, utiliza a ideia do “esforço individual” como princípio emergente de justiça. Neste quadro, a autossuperação pelo trabalho surge como referência moral a partir da qual os indivíduos validam moralmente a desigualdade como resultado natural das diferentes capacidades de cada um em engajar-se na vida do trabalho. O estudo inspira-se metodologicamente nas contribuições da sociologia pragmática francesa e tem como horizonte a contribuição para uma sociologia moral dos problemas públicos.

**Palavras-chave:** Competências Críticas; Sociologia Pragmática Francesa; Sociologia dos Problemas Públicos.

## Abstract

This paper seeks to describe and analyze critical competences that aim to disapprove the role of income redistribution policies. This study describes two critical competences that stabilize two distinct forms of moral evaluation of these policies. The first one is based on a conception of equality in which it is taken as a value from the present time (not from the time to come), which promotes the conditions for a critique of redistributive measures, as its criterion is based on the “politics of difference”. The second one mobilizes the idea of

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado da atuação do autor no projeto “Radiografia do Brasil Contemporâneo” realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-Brasília) entre agosto de 2015 e dezembro de 2016. A pesquisa contou com a realização de mais de seiscentas entrevistas qualitativas com pessoas de diversas classes sociais em todas as regiões do Brasil. Levada a cabo por meio do trabalho de 25 pesquisadores de diversas cidades do país, alguns resultados da pesquisa podem ser encontrados no Boletim de Análise Político-Institucional n. 23 do Ipea publicado em Junho de 2020 e disponível através do site [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br).

<sup>2</sup> Sociólogo. Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS, 2012) e mestre em Sociologia (UFRGS, 2015). Consultor nacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O autor agradece aos pareceristas pelas contribuições para a publicação deste artigo.

E-mail para contato: [fernandomrraraujo@gmail.com](mailto:fernandomrraraujo@gmail.com)

“personal effort” as an emerging principle of justice. In this context, self-overcoming through work emerges as a moral reference from which individuals morally validate inequality as a natural result of the different capabilities of each one to engage in work life. This paper is methodologically inspired by the contributions of French pragmatic sociology and seeks to contribute to a moral sociology of public issues.

**Keywords:** Critical Competences; French Pragmatical Sociology; Sociology of Public Issues.

## Resumen

Este artículo busca describir y analizar competencias críticas que apuntan a desaprobar el rol de las políticas de redistribución del ingreso. El estudio describe dos competencias críticas que estabilizan dos formas distintas de valoración moral de dichas medidas estatales. El primero se basa en una concepción de la igualdad dentro de la cual se toma como un valor del tiempo presente - y no del tiempo por venir - que promueve las condiciones para una crítica de las medidas redistributivas cuyo criterio se basa en “política de diferencias”. El segundo utiliza la idea de “esfuerzo individual” como un principio emergente de justicia. En este contexto, la superación personal a través del trabajo surge como un referente moral a partir del cual los individuos validan moralmente la desigualdad como resultado natural de las diferentes capacidades de cada uno para involucrarse en la vida laboral. El estudio se inspira metodológicamente en las contribuciones de la sociología pragmática francesa y tiene como objetivo contribuir a una sociología moral de los problemas públicos.

**Palabras clave:** Habilidades Críticas; Sociología Pragmática Francesa; Sociología de los Problemas Públicos.

## INTRODUÇÃO

É notória a relevância que assumiu, nos últimos anos da produção em ciências sociais no Brasil, a discussão a respeito das características da cultura cívica brasileira<sup>3</sup>. A partir da redemocratização e da promulgação da Constituição Federal de 1988 no quadro de uma ordem jurídica comprometida com a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais, emerge a importância das questões a respeito das formas a partir das quais os brasileiros vivenciam o exercício da cidadania (LAVALLE, 2003; NATALINO, 2010; OLIVEIRA, 2011). Assim, os temas em torno da prática dos direitos e dos deveres republicanos, a negociação pública da diferença no tocante às formas de vida e, ainda, a discussão acerca dos grandes

---

<sup>3</sup> Aqui, a ideia de cultura cívica não se esgota na participação política, mas abarca percepções e definições a respeito de grandes temas da vida social, entre os quais: i) percepção de direitos; ii) concepções de igualdade, de dignidade e de equidade; iii) definições a respeito do papel do Estado na vida social; iv) construção de categorias contextuais de cidadania e de humanidade relativas ao pertencimento a classes sociais específicas e, ainda; v) negociação pública da diferença no tocante às formas de vida, de transformação dos costumes, entre outros

temas da cidadania como a igualdade, a liberdade e a pauta dos direitos humanos figuram no centro do debate público e acadêmico brasileiro.

Por outro lado, é significativo o fato de que se vive um momento histórico cuja marca parece ser, no Brasil e no mundo, a de um recrudescimento de crenças e de práticas relacionadas ao ideário conservador. No Brasil, desde pelo menos o ano de 2013, há um consenso em torno da tese de que o país vive uma crescente polarização político-identitária. Em relação a isso, alguns estudos indicam uma inflexão de parcelas importantes da sociedade em direção ao conservadorismo (GALLEGO, 2018; CEPÊDA, 2018; ROCHA, 2018; CHALOUB & PERLATTO, 2016). Para além do âmbito da política institucional, o crescente descontentamento popular diante do sistema de representação político-partidária, protagonizado emblematicamente nas manifestações de Junho de 2013 (CASTRO, 2015; SINGER, 2013), também parece contribuir para a emergência de um humor antiestatista na sociedade brasileira, o que muitas vezes implica na construção de repertórios argumentativos que visam “desarmar” o protagonismo do papel do Estado na vida social<sup>4</sup>.

Albert Hirschman (1992), em seu conhecido livro “A retórica da intransigência: perversidade, futilidade e ameaça”, traz contribuições fundamentais e que permanecem em larga medida interessantes para pensar as formas por meio das quais o pensamento conservador cria dispositivos no intuito de desarmar propostas ou medidas que visam o alargamento das condições de exercício da cidadania considerada a partir do seu aspecto social e econômico. De acordo com Hirschman, três “teses reacionárias” mostraram-se recorrentes entre políticos e pensadores conservadores ao longo do século XX: a tese da perversidade, da futilidade e da ameaça. A primeira, que Hirschman encontra no discurso contra-revolucionário do século XVIII, baseia-se no pressuposto filosófico do pragmatismo escocês, segundo o qual, as ações humanas sempre produzem efeitos não-intencionais. Nesses termos, “o resultado social dos esforços revolucionários pelo bem público seria mau, calamitoso e totalmente contrário às metas que professavam” (HIRSCHMAN, 1992, p. 28). A segunda tese, da futilidade, depreendida por Hirschmann dos trabalhos do filósofo Alexis Tocqueville, sustenta a ideia de que as ações que visam a melhoria da ordem econômica, social ou política são sempre “abortivas”, de “fachada, cosmética ou ilusória” diante das “estruturas profundas da sociedade que permanecem sempre intactas” (*Idem*,

---

<sup>4</sup> Sobre isto, ver sobretudo a tese de doutorado de Camila Rocha intitulada “Menos Marx, mais Mises: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)” disponível no repositório digital de teses e dissertações da Universidade de São Paulo.

p. 43). Por fim, a tese da ameaça assevera que as mudanças propostas pelos que desejam transformar o estado das coisas podem até alcançar seus objetivos, mas não valeriam o esforço na medida em que acarretariam consequências inaceitáveis de um outro tipo (*Idem*, p. 78). Essa última tese, Hirschmann identificou-a no âmbito das discussões do Parlamento Inglês do fim do século XIX em que os políticos conservadores combatiam a ampliação do direito ao voto pela suposta “ameaça” de que uma demasiada expansão da democracia acarretaria, por outro lado, um perigo à liberdade.

Em que pese a evidente distância do contexto sócio-histórico examinado por Albert Hirschman com a realidade atual da sociedade brasileira, é digno de nota o fato de que muitos discursos que têm elevado a temperatura do debate público brasileiro se nutriram desse mesmo ímpeto de “desarme” das políticas públicas de Estado que visavam promover uma redistribuição de renda com horizonte de expansão das condições materiais para um pleno exercício da cidadania<sup>5</sup>. No âmbito desse trabalho, essas políticas são pensadas emblematicamente através do Programa Bolsa Família, cuja criação, em outubro de 2003, e a consequente incrementação, ao longo dos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2016), constituem uma marca importante da administração petista.

Diante desse cenário, o objetivo desse texto consiste em descrever e em analisar duas competências críticas mobilizadas por atores sociais diante de questões que tematizam a pertinência dessas medidas redistributivas de Estado, tendo como horizonte seu substrato moral. Nesse sentido, serão analisados fragmentos de duas entrevistas realizadas pelo autor no contexto do projeto “Radiografia do Brasil Contemporâneo” realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre os anos de 2015 e 2016. Ainda que a primeira competência crítica examinada tenha sido extraída de um entrevistado que poderia ser localizado no espaço social da chamada “classe média tradicional” e a segunda, por sua vez, de um entrevistado possivelmente localizado na chamada “nova classe média”<sup>6</sup>, na abordagem teórico-metodológica desse estudo busca-se privilegiar apenas a descrição das competências críticas construídas pelos atores sociais na tentativa de negociar as suas concepções do que é bom e do que é justo diante das

---

<sup>5</sup> O argumento pode ser expandido às políticas públicas de reserva de vagas por ações afirmativas no Ensino Superior entre outras políticas que visaram uma redistribuição de recursos sociais, econômicos e simbólicos às pessoas de classes sociais historicamente desfavorecidas.

<sup>6</sup> A alusão a essas categorias de “Classe média tradicional” e “Nova classe média” é feita a partir dos termos propostos pelos estudos empíricos sobre classes sociais no Brasil, realizados sob a coordenação do sociólogo Jessé Souza durante a primeira década dos anos 2000 (SOUZA, 2010; 2009; 2003).

chamadas “situações problemáticas” (CEFAI, 2006; CHATEAURAYNAUD, 1995; BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991). Nesse sentido, não cabe aqui pensarmos essas competências críticas como resultado ou efeito de uma posição de classe. Por essa via, essa pesquisa delimita-se em descrevê-las e em analisá-las *compreensivamente*, ou seja, não a partir do dado anterior<sup>7</sup>, mas, sim, como expressões de “ações que os atores sociais realizam e assumem, discursos que proclamam e *sustentam*” (BENÁTOUIL, 1999: 293) no que Foucault chamou de “ontologia do tempo presente”<sup>8</sup>.

A complexidade da estratificação social brasileira do tempo presente dificulta o exercício de situar as competências críticas aqui descritas no interior de uma ou outra classe social. Assim, se é verdade que tenham se repetido em diversas entrevistas, também é verdade que são acionadas diferentemente por atores localizados em vários estratos sociais, impedindo uma categorização unívoca. Dessa forma, cabe às pesquisas futuras a investigação sobre os modos através dos quais essas competências críticas aqui descritas são acionadas contextualmente por pessoas de diferentes classes e como elas podem contribuir para entronizar determinadas concepções de boa vida e boa sociedade no seio do debate público brasileiro.

## NOTA METODOLÓGICA

O referencial teórico que orienta a análise que propomos aqui se inspira na chamada “sociologia pragmática da crítica” surgida na França no início dos anos 1980. A sociologia pragmática tem como proposta fundamental a retomada da reflexão a respeito da centralidade da moral na vida social. Para tanto, visa descrever os quadros de referência

---

<sup>7</sup> Entendemos como “dado anterior” os atributos relativos à explicação da ação social localizados em um tempo anterior a ela, como, por exemplo, as características dos modos de ser e de agir conferidos pela origem, pela escolarização formal ou pelo volume estrutural de capitais herdados ou adquiridos ao longo da vida, entre outros. Ao nosso ver, esses atributos são relacionáveis e funcionam como princípio explicativo em uma sociologia ligada, ética e epistemologicamente, ao paradigma do relacionismo. Como se sabe, o marco desse paradigma é o conjunto de trabalhos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, bem como dos herdeiros da tradição bourdieusiana, seja em torno da questão da estratificação social (BOURDIEU, 2007; SAINT-MARTIN, 1993), seja em torno da composição e do recrutamento de elites profissionais (BOURDIEU, 1989; LEBARON, 2000; DEZALAY, 2002; OFFERLÉ, 2009). Na perspectiva adotada nesse trabalho busca-se tomar como elemento explicativo os movimentos críticos, as associações e as transformações da ordem cotidiana que os atores sociais produzem no tempo presente. Como veremos, esses movimentos críticos se dão no interior de “situações problemáticas” dentro das quais a incerteza e a contingência das interações do dia a dia levam os atores à mobilização de competências críticas e de justificação moral para agir de acordo com aquilo que consideram o bom e o justo. Daí, as categorias da sociologia pragmática serem mais afeitas aos *affaires* (BOLTANSKI & CLAVÉRIE, 2007), aos *momentos críticos* (BOLTANSKI, 1990; BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991), às *situações problemáticas* (CEFAI, 1996; 2012), ou aos *momentos de prova e controvérsias* (CHATEAURAYNAUD & BESSY, 1995).

<sup>8</sup> Sobre isso, ver o estudo de Diogo Córrea (2014) “Do problema do social ao social como problema: novas teorias sociológicas francesas”.

moral mobilizados por pessoas comuns quando vivenciam momentos de ruptura da rotina e precisam dar conta de seus argumentos, tendo no horizonte um princípio comum de justiça (PHARO, 2004; NACHI, 2006; BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991). Esses momentos de ruptura da rotina são situações ordinárias em que surge uma disputa, ou seja, quando uma questão sobre a boa vida e a boa sociedade se coloca como “momento problemático” (CHATEAURAYNAUD, 1995). Um exemplo disso seria uma conversa informal em que a pergunta sobre a validade ou não de mecanismos de redistribuição de renda ou de reserva de vagas na Universidade estabelecem uma “prova” aos atores de modo a interromper o fluxo “automático” da rotina e levando-os a um exercício de reflexividade no qual se lançam à crítica ou à justificação moral dessas medidas<sup>9</sup>.

A proposta pragmática nos interessa na medida em que permite, por um lado, descrever as competências críticas e cognitivas mobilizadas e construídas pelos atores no seu trabalho de qualificar como justo ou injusto certos aspectos do mundo ao seu redor e, por outro lado, atentar para as formas através das quais esses sentidos pragmaticamente atribuídos de justiça entronizam-se na própria construção da ordem pública na medida em que podem se tornar argumentos passíveis de serem mobilizados coletivamente como “causa” ou “denúncia” (BOLTANSKI; DARRÉ & SCHILTZ, 1984)<sup>10</sup>. O que significa afirmar, portanto, que há um vínculo possível entre a abordagem da sociologia pragmática que propomos nesse trabalho com a chamada “sociologia dos problemas públicos” (GUSFIELD, 2009[1981]; LANÇA, 2000; CEFAL, 2012). Assim, ainda que não iremos nos debruçar sobre manifestações de entidades coletivas ou movimentos sociais, cabe mencionar que as competências críticas que serão aqui descritas em contextos de interações microssociais também são mobilizáveis por atores coletivos quando estes se empenham em publicizar e de-singularizar as críticas individuais, tornando-as elementos de uma “causa” ou de uma “denúncia” com apelo na arena pública (BOLTANSKI; DARRÉ & SCHILTZ, 1984).

---

<sup>9</sup> Daí, a importância do conceito de “prova” para a sociologia pragmática. Esse conceito, como argumenta Nachi (2006), resume o “espírito” da sociologia pragmática por se tratar de um momento de incerteza e de indeterminação no qual os indivíduos fazem uso da sua reflexividade e das suas competências críticas para agir, seja qualificando, criticando, recuando ou tomando partido ante a uma dada justificação moral.

<sup>10</sup> Para uma análise de estudos que analisam os dispositivos críticos mobilizados como “causas” ou “denúncias” a partir da perspectiva da sociologia pragmática, ver, por exemplo, o trabalho da professora Thays Wolfarth Mossi (2016) sobre a reconfiguração do sentido de justiça das lutas trabalhistas frente à terceirização ou, ainda, o trabalho da socióloga Rafaela Vendruscolo (2017) sobre as competências críticas diante da produção de tabaco no estado do Rio Grande do Sul.

Da mesma forma, a descrição de competências críticas e morais, bem como os “dispositivos de administração do bem”<sup>11</sup> envolvidos nesse processo, revelam-se interessante na medida em que permitem o acesso à lógica intrínseca dos argumentos, enfatizando o seu substrato moral. Essa articulação, portanto, permite compreender a forma como uma determinada crítica apreendida em um contexto microssocial de rotina também pode se tornar um “problema público” quando adquire um estatuto de “problema da sociedade”, gerando debates na esfera pública, controvérsia nos meios de comunicação, engajamento de movimentos sociais, entre outros. Nesse sentido, ainda que esse trabalho não se atenha em analisar a forma como as críticas e as justificações às políticas públicas de redistribuição de renda se tornam “problemas públicos”, não deixamos de mencionar essa articulação possível entre sociologia pragmática e sociologia dos problemas públicos. Essa articulação pode servir como proposta metodológica para uma agenda de pesquisa sobre as percepções das políticas públicas bem como as diferentes moralidades que são correlatas às suas críticas e às suas justificações e que, de um modo geral, disputam o sentido das diferentes concepções de boa vida e de boa sociedade em disputa no debate público brasileiro.

\*\*\*

Em linhas gerais, as competências críticas que serão descritas a seguir foram extraídas de entrevistas em profundidade realizadas com o suporte de um roteiro previamente estabelecido e que visavam produzir um retrato da trajetória de vida dos entrevistados abarcando, para tanto, questões relativas à origem social; *background* familiar; relação com a escola; trabalho e vida econômica; vida comunitária; religiosidade; lazer; consumo; e, finalmente, percepções sobre a vida social; percepção sobre os problemas públicos do presente, bem como crenças e valores a respeito da pauta dos costumes. Nesse sentido, foram realizadas perguntas que interrogavam temas como mídia, relações de gênero, religiosidade, legalização das drogas, casamento entre pessoas do mesmo gênero, formas de combate à violência, percepções a respeito da corrupção, percepções sobre racismo, percepções sobre discriminação de gênero, entre outros.

O objetivo das entrevistas foi traçar, portanto, um retrato das trajetórias sociais de cada entrevistado, mas, sobretudo, permitir o acesso ao universo valorativo. Nesse sentido,

---

<sup>11</sup> Para uma discussão sobre a efetividade das operações críticas como operações morais de “administração do bem”, ver os estudos do professor da UFRJ Alexandre Werneck sobre o papel da desculpa na manutenção das relações sociais (WERNECK, 2012).

as perguntas foram abertas e foi destinado o tempo que o entrevistado julgasse necessário para respondê-las.

## A IGUALDADE COMO FUNDAMENTO DE TRATAMENTO NO PRESENTE

O repertório que iremos trabalhar nessa seção mostrou-se um procedimento argumentativo recorrente e cuja especificidade reside no uso peculiar do paradigma da “igualdade” como dispositivo moral. Como veremos a seguir, o tema da igualdade é utilizado para combater o “diferencialismo” que sustenta os critérios para as políticas de redistribuição e que, por sua vez, são apreciados como ilegítimos na medida em que não se apresentam como medidas “universalistas”.

Nesses termos, os critérios utilizados para a realização dos programas de redistribuição que colocam os beneficiários em evidência pela sua “diferença” (pobres, indígenas, negros, ) são criticados por atentarem contra o paradigma da igualdade no tempo presente e, assim, são vistas como ilegítimas porque atentariam contra o primado republicano da universalidade. Trata-se, portanto, de uma competência argumentativa que traz à luz a forma através da qual a bandeira da diferença torna-se alvo de críticas quando figura como instrumento de eleição de beneficiados para correção de desigualdades históricas. Vejamos o desenvolvimento do argumento.

Quando perguntado a respeito da pertinência dos programas sociais do governo do Partido dos Trabalhadores, nosso entrevistado (homem branco, arquiteto, de cinquenta e dois anos), opta por um exame retroativo e realiza uma longa digressão sobre a memória dos governos brasileiros dos anos 1980 e 1990:

Aí chegou o Lula. Que pegou o avião já andando, né. Se o país já estava estabilizado não é por obra dele. É porque o outro já tinha feito. Ele pegou o avião e foi. Aí começou a criar esses negócios. Começou a criar, bolsa isto, bolsa aquilo. Eu não concordo. Eu acho que governo não tem que ficar dando dinheiro. Não tem que ficar dando isto, dando aquilo. Acho que o governo tem que criar todo um ambiente para se criar emprego. Mas não ficar dando, por exemplo, vale gás. Bolsa isso, bolsa aquilo. Que é isso? Então, dá para mim também. 'Cria aí a bolsa arquiteto'. Eu também quero. Pronto. Qual é o objetivo disso? Entendeu? Tudo bem que pode ter pessoas que precisem, ok, mas todo mundo não tem as condições de ir batalhar por um trabalho, um ganho? Como assim?

Nesse trecho, chama a atenção a forma como os primados da igualdade e do universalismo são mobilizados, nas entrelinhas, como pontos de coordenação do argumento para desqualificar as medidas redistributivas. A crítica é dividida em dois vetores que apontam para dois traços distintos do seu alvo. O primeiro deles é relativo ao repasse direto de dinheiro: *“Eu acho que governo não tem que ficar dando dinheiro. (...) Acho que o governo tem que criar todo um ambiente para se criar emprego”*. Já o segundo vetor da

crítica tem como alvo o “diferencialismo” subjacente aos critérios das ações redistributivas e parece ser ilustrativo da forma particular por meio da qual o tema da igualdade assume o protagonismo nesse repertório crítico. Na medida em que a “*bolsa isso, bolsa aquilo*” são destinadas a pessoas levando em consideração a sua “diferença” (pobres, negros, indígenas), o nosso interlocutor mobiliza a sua própria diferença centrada na sua categoria profissional para afirmar: “*então dá pra mim também. Cria aí o bolsa arquiteto*”.

Em outros termos, a competência crítica que aqui emerge como dispositivo de coordenação do argumento aponta no sentido de perceber as políticas de redistribuição como um instrumento que atenta contra o primado da igualdade e da universalidade. Essa competência, ainda que calcada na igualdade como sendo o senso por excelência de justiça, não permite a apreensão das medidas de redistribuição como instrumento de combate às desigualdades historicamente constituídas. Vejamos:

**E as cotas? Como tu vês a questão toda?**

Cotas. Eu sempre estudei em escola pública. Até o segundo grau. Entendeu? Eu não sei não, se tinha que ter esse negócio das cotas. Eu acho meio errado, eu acho que tu segrega mais do que tu une. É a minha visão. Eu acho que tu tem que estimular mais a escola. Estimular que essa criança vá e tal. Eu enxergo todo mundo como ser humano, mas não como negro, índio, bá, bá, bá. Sei lá. Mas eu não sou muito favorável a esses bolsas aí não. Eu acho, pra mim, isso é assistencialismo. Isso é exatamente a compra de voto com nome bonitinho.

**Mas tu sabes que o Programa Bolsa Família é baseado no paradigma da “condicionalidade” e que as famílias precisam atestar a frequência das crianças na escola para seguir recebendo o benefício?**

É, isso é o que dizem né, eu tenho muitas dúvidas se é assim mesmo que acontece lá, na vida real, de verdade mesmo...

A política afirmativa de cotas nas Universidades é criticada a partir de uma ordem de justificação moral no interior da qual a igualdade de condições de tratamento no presente acaba assumindo o sentido pragmaticamente atribuído de justiça. Assim, os critérios que inserem a “diferença” na “humanidade comum” (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991) acabam por vacilar a “igualdade” tida como registro de tratamento universalista e, dessa forma, disparam a “atividade crítica” do entrevistado, mostrando-nos o quê, para ele, realmente importa: “*Eu enxergo todo mundo como ser humano, mas não como negro, índio, blá, blá, blá*”. Colocada nesses termos, a política de cotas é, para o nosso interlocutor, dificilmente apreensível como um instrumento de correção de injustiças históricas. Apreciadas desde uma ordem de justificação moral cuja igualdade é o princípio superior de justiça, as políticas de redistribuição são, já de partida, apreendidas a partir do seu potencial “segregacionista”, ou seja, no que ela “fere” a igualdade: “*Eu acho meio errado, eu acho que tu segrega mais*

*do que tu une. É a minha visão*”, o que dificulta a sua aceitação como instrumento de combate da desigualdade e reparação histórica no caso das ações afirmativas de reserva de vagas no Ensino Superior. Vejamos que o adjetivo “errado” vem como dispositivo moral desqualificar a “*segregação*”, o que ressalta a forma como a “*igualdade*” funciona como ponto de coordenação da argumentação e dispositivo moral de administração do bem. Assim, o tema da “igualdade”, **nessa competência crítica que acabamos de descrever**, é mais importante como forma de tratamento em um tempo presente do que como horizonte de uma realidade no futuro. Trata-se, portanto, de uma competência crítica que faz um uso muito particular do tema da igualdade e do diferencialismo.

### O ESFORÇO INDIVIDUAL COMO PRINCÍPIO EMERGENTE DE JUSTIÇA

Se na competência crítica anterior existe, como vimos, a mobilização do princípio da igualdade como dispositivo moral de administração do bem para embasar uma crítica às ações de redistribuição por parte do Estado, na competência que iremos nos debruçar agora, nota-se a preponderância da mobilização de uma gramática de autossuperação pelo trabalho e de ênfase na própria experiência de ascensão social, como signo das possibilidades de melhoria de vida *sem a ajuda do Estado*. A continuação desse argumento, como veremos, *até o fim*, conduz o entrevistado à mobilização de uma competência crítica na qual o esforço individual é o dispositivo moral de “administração do bem” por excelência. Vejamos como isto acontece:

***O que tu achas desses programas de redistribuição de renda, como por exemplo o Bolsa Família?***

Isso aí é a pior coisa que tem, cara. Isso é brabo. Incentivar os que não querem nada com a vida, cara. Tem gente lá no meu bairro, cara, que tem um filho ou dois filhos ou três filhos. E eles fazem a bolsa família só pra **ganhar dinheiro de graça**. Tem um cara lá, meu vizinho, que não faz nada a vida inteira. Ele tem, Bolsa família, auxílio lá não sei o quê, e fez uma carteirinha de pescador. Ele mora ali no meio, tá? Quando é época da Piracema, que não pode pescar, ele ganha o rancho. Mas ele nunca bota os pés lá no Rio. E isso é bolsa família também, incentiva os vadios a ficar em casa.

Esse primeiro extrato, aparentemente despretensioso do ponto de vista heurístico, contém em germen os dois elementos fundamentais da competência crítica em questão. O primeiro deles é a presença de uma competência cognitiva e moral calcada no “diferencialismo”. Em linhas gerais, essa competência consiste em um exercício recorrente de assinalar e de sublinhar as diferenças relativas às pessoas em termos de maior ou menor dignidade de acordo com a régua do esforço individual. Já o segundo elemento se trata do uso das evidências da experiência cotidiana como princípio argumentativo, que não

raras vezes se traduz em uma ligação com o dado imediato da ordem da crença, acompanhada de uma correlata indisposição às ideias abstratas ou “intelectualistas”. Nesse primeiro extrato, podemos perceber os dois traços combinados. A crítica ao Bolsa Família é costurada com o fio da própria experiência do entrevistado que, recolhendo evidências da sua observação de um vizinho pescador (que aparentemente não pesca), atribui-lhe um estado marginal de dignidade: incluindo-o em uma categoria contextual de humanidade: a dos “vadios”.

Vejamos o desdobramento desses dois traços a partir de uma reflexão a respeito das causas da desigualdade social brasileira:

***E por que tu achas que o Brasil é tão desigual assim?***

Olha só: eu ontem, fui ali na ferragem, e ali a guria tinha um cachorrinho, e eu disse para ela, puxa esse cachorro aí deve de ter uma vida boa, né. E aí ela disse: “é eu nunca tive o que ele tem hoje”. Minha mãe nunca me deu um carinho tão grande como tem esse cachorro aí. E a quanto a ser diferente, desigual, o grande e o pequeno, cara... eu acho assim... um exemplo: o homem ali é mecânico. E eu não sou nada. Não é culpa dele, é culpa minha.

***Por que tu acha que é culpa tua?***

Porque eu tive estudo de ser um mecânico e não fui.

***Tu tiveste estudo de mecânico?***

Sim! E aí eu digo assim, o cara ali é juiz, o outro é advogado, o outro é engenheiro, por que que eles são engenheiros e advogados e juízes? Porque tiveram estudo. E a maioria do povo tem estudo e não dá valor, cara.

Nos interessa pensar que o que desperta a atividade crítica parece ser, antes de tudo, a “falta de compromisso” expressa pela forma como o entrevistado reprova o fato de que “a maioria do povo tem estudo e não dá valor”. Antes disso, há também uma comparação interessante: “quanto a ser diferente, desigual, o grande e o pequeno (...) o homem ali é mecânico, eu não sou nada, não é culpa dele, é culpa minha”. A razão pela culpa a qual o entrevistado se impõe apresenta-se sob a forma de um “déficit de empenho” no momento da escolarização: “eu tive estudo de ser um mecânico e não fui”. Problematicando até onde o entrevistado estaria disposto a seguir em nome da iniciativa individual como fundamento das diferenças sociais, a entrevista segue nesse rumo:

***Tu achas que tu poderias ter sido juiz se tu quisesses?***

Juiz eu não digo, mas um bom mecânico sim. No meu colégio tinha gente que tinha estudo, mecânica, marceneiro, negócio de gráfica, se contar acho que metade não estudou, cara. Eu acho errado, tu dizer: “ah o hõmi ali é cheio do dinheiro”..., mas é claro, ele estudou, ele fez por si. O hõmi é rico. Sim, ele é rico porque ele estudou, fez por ele, os pais deram o suor, e ele aproveitou, acreditou e foi em frente. Agora esse negócio de dizer “ah o hõmi tem eu não tenho isso é errado”. Eu acho errado o cara que não estudou, não fez porcaria nenhuma nunca, vir querer dar pitaco.

Se compararmos essa passagem com o primeiro extrato selecionado nessa exposição, no qual o nosso entrevistado faz uma crítica a um vizinho beneficiado pelo Bolsa Família que é portador de uma carteirinha de pescador e, não obstante, nunca é visto “*com os pés no Rio*”, veremos emergir nas entrelinhas das respostas uma competência argumentativa na qual o tema do “esforço individual” é o princípio da atribuição de grandeza aos seres. Em uma primeira leitura, poderíamos conjecturar que toda a exposição da entrevista traz à luz unicamente o tema da importância da escolarização como fundamento da ascensão social. No entanto, acreditamos que a discussão sobre a escolarização é aqui o pano de fundo para uma competência crítica que situa os pontos de coordenação cognitivos e morais da argumentação do entrevistado sobre o porquê das diferenças entre as pessoas a partir do primado do esforço individual: “*eu acho errado o cara que não estudou, não fez porcaria nenhuma, vir querer dar pitaco*”. Essa competência argumentativa fundada na gramática do esforço individual como princípio de justiça faz com que o nosso interlocutor se engaje na descrição das diferenças sociais sempre a partir da perspectiva do “diferencialismo”, reunindo as evidências da sua experiência concreta para afirmar e para sublinhar a diferença existente entre as pessoas e, não obstante, a legitimidade dessa diferença. Essa parece ser, portanto, a competência crítica que emerge da argumentação e que constrói uma forma peculiar de percepção da pobreza e das desigualdades, dando a ver, assim, o sentido pragmaticamente atribuído da justiça e da injustiça: o maior ou menor compromisso com o primado do esforço individual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro caso analisado nesse trabalho, notamos a construção de uma competência crítica cujo fundamento reside na mobilização do tema da igualdade como a expressão de um tratamento universalista no tempo presente. Nesses termos, a noção de igualdade é dificilmente mobilizada como horizonte de um futuro por vir, mas, sim, como a expressão de um tratamento equânime balizado pelo princípio republicano de igualdade de todos cidadãos diante do Estado. Essa competência argumentativa **aproxima-se de um dispositivo clássico do pensamento conservador** descrito por Hirschman (1992), em seu livro sobre “a retórica da intransigência”, ao qual ele nomeia de “tese da futilidade” e da “tese da perversidade”. Tese da futilidade, porque parte dela consiste em asseverar o caráter “paliativo” das medidas de redistribuição de recursos sociais, o que prepara o terreno para que a boa solução seja alocada na “saída universalista” que recai sobre a exigência de que o Estado assegure uma educação básica de qualidade para todos os

cidadãos. Em segundo lugar, a chamada “tese da perversidade” tem esse nome não porque os resultados das medidas em questão nos levariam ao cenário contrário, mas porque as *motivações* dos governantes em propô-las seriam moralmente questionáveis. Nas palavras do nosso entrevistado, isso aparece quando, na sua apreciação, diz: *“Isso é exatamente a compra de voto com nome bonitinho.”*

No segundo caso trabalhado, percebemos a construção de uma competência crítica calcada no “diferencialismo”, ou seja, na legitimação moral das desigualdades existentes entre as pessoas a partir de um princípio de justiça cujo fundamento é a lei do “esforço individual”. Nessa competência crítica, a grandeza dos seres é medida pela régua do esforço individual, o que torna difícil a apreensão das medidas redistributivas como expressão de um direito garantidor das condições econômicas e de bem-estar mínimas para o exercício da cidadania. Essa competência crítica aproxima-se de um certo tema caro ao pensamento conservador na medida em que alça a metáfora da “batalha” como fundamento moral que valida a desigualdade social. Corey Robin defende a tese de que a ideia da “vida como luta” é fundante do pensamento conservador na medida em que: i) situa a fundação lógica do capitalismo e da propriedade privada nessa luta primordial do homem contra a natureza; ii) promove a justificativa ética para a desigualdade entre os homens na medida em que sublinha o fato de que, nessa luta universal que se impõe a todos, alguns homens realizam feitos extraordinários e se sobressaem, o que leva, portanto, à justificativa ética de que as pessoas não possuem valor igual.

O tratamento do dado qualitativo proposto nesse estudo permite uma análise expandida de algumas características da cultura cívica brasileira, como, por exemplo, a forma como os temas da igualdade, do diferencialismo e do trabalho são mobilizados pragmaticamente por atores sociais que visam justificar moralmente seu desacordo em relação às medidas de redistribuição de renda. Assim, a descrição dessas operações críticas pode informar pautas para pesquisas futuras que eventualmente venham a se debruçar sobre as formas por meio das quais essas mesmas operações podem ganhar o estatuto de “causa” ou de “denúncia” na medida em que são mobilizadas por grupos ou atores sociais coletivos na arena pública. De que forma essas críticas podem se transformar em “denúncia pública” ou em “causas coletivas” capazes de construir a própria trama da negociação da ordem e do debate público?

Da mesma forma, na análise das duas competências críticas em questão, percebe-se a recorrência de um mesmo compromisso: o de um “desarme” das medidas de redistribuição de renda cujo horizonte é o alargamento das condições de exercício da

cidadania. Essa postura, emblemática da forma por meio da qual uma parcela importante da sociedade brasileira lida com o tema da igualdade, recoloca, portanto, a importância do debate sobre as formas de experienciar a cultura cívica no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BENATOUIL, Thomas. Critique et pragmatique en sociologie. Quelques principes de lecture. **Annales HSS**, n. 2, mai-avril, p. 281 – 317, 1999

BOLTANSKI & CLAVÉRIE, Elisabeth. “Du Monde Social en tant que Scène d’un Procès”. In : L. Boltanski et alli (eds.), **Affaires, Scandales et Grandes Causes**. Paris, Stock, 2007.

BOLTANSKI, L, DARRÉ, Y. & SCHILTZ, M. (1984) *La dénonciation*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, nº51, mars,1984.

BOLTANSKI, Luc & THÉVENOT Laurent. **De la Justification**. Paris: Gallimard, 1991.

\_\_\_\_\_. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, 2(3); 1999, p.359-377.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007 [1979].

\_\_\_\_\_. **La noblesse d’État: grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

CALDEIRA, Rodrigo Colpe. Notas sobre o pensamento conservador. **Temáticas**, n. 20(40): 13-30, ago/dez. 2012.

CEFAI, Daniel & TERZI, Cedric. **L’expérience des problèmes public**. Paris: Editions de l’Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2012.

CEFAÏ, Daniel. “La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques”. **Revue Réseaux**, nº 75, 1996.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, v. 23, n. 2, p. 75-122, Maio/agosto, 2018.

CHALOUB, Jorge Gomes & PERLATTO, Fernando. Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, v. 1, p. 25-42, 2016.

CHATEAURAYNAUD, Francis. **La faute professionnelle: Une sociologie des conflits de responsabilité**. Paris: Métailié, 1991.

CHATEAURAYNAUD & BESSY, Christian. **Experts et Faussaires. Pour une sociologie de la perception**. Paris: Métailié, 1995.

CÔRREA, Diogo. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. **Revista de Ciências Sociais**, n. 40, Abril de 2014, p. 35-62.

DEZALAY, Yves. **La mondialisation des guerres de palais**. Paris: Seuil, 2002.

GALLEGO, Esther Solano. **Entendendo o Brasil atual: polarizações, guerras culturais e antipetismo**. Nueva sociedad especial em português, Julho de 2018. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/entendendo-o-brasil-atual/>

GUSFIELD, Joseph R. **The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

KIRK, Russell. **The conservative mind: from Burke to Eliot**. Washington: Regnery Gateway, 2001.

LANÇA, Isabel Babo. A construção dos problemas públicos. Elementos para uma análise do caso Timor, **ANTROPOlógica**, n. 4, 2000.

LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, Igualdade e Diferença. **Lua Nova**, N. 59, 2003.

LEBARON, Frédéric. **La croyance économique**. Paris: Seuil, 2000.

MANNHEIM, Karl. O significado do conservatismo. In : FORACHI, M. M. (org.). **Karl Mannheim**. São Paulo : Ática, 1982.

MOSSI, Thays. **“O futuro da humanidade que trabalha”: reconfiguração moral das lutas trabalhistas frente à terceirização**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Março de 2016.

NACHI, Mohamed. **Introduction à la sociologie pragmatique**. Paris: Armand Colin, 2006 (Livro eletrônico).

NATALINO, Marco Antônio. Valores sociais e Democracia: desafios à construção de uma cultura sensível aos direitos. In: DE SILVA, Fábio de Sà; LOPEZ, Feliz Garcia; PIRES, Roberto Rocha (Org.). **Estado, Instituições e Democracia: democracia**. 1ed. Brasília: Ipea, v.9, 2010.

OFFERLÉ, Michel. **Sociologie des organisations patronales**. Paris: Éditions La Découverte, 2009.

PHARO, Patrick. **Morale et sociologie**. Paris : Éditions Galimars, 2004.

ROBIN, Corey. **The conservative Mind: from Edmund Burke to Sarah Palin**. Oxford University Press, 2013. (Livro eletrônico).

ROCHA, Camila. **“Menos marx, mais Mises”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006 – 2018)**. Tese (Doutorado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

SAINT MARTIN, Monique de. **L'Espace de la noblesse**. Paris: métailié, 1993

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: Nova Classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Ralé Brasileira: Quem é e como vive?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

WERNECK, Alexandre. **A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\* Artigo recebido em 10 de junho de 2020,  
aprovado em 15 de agosto de 2020.